



Editorial

AS ARTES DA CENA E OS MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS: PEDAGOGIAS LIBERTÁRIAS E ESPAÇOS DE IMAGINAÇÃO POLÍTICA

Nailanita Prette

Doutoranda em Artes Cênicas pela USP, bolsista FAPESP, membro do grupo de pesquisa Laboratório de Dramaturgia do Corpo (LADCOR/PPGAC/ECA/USP). Mestre em Artes pela UFMG, licenciada e bacharela em Dança pela UFV, técnica em Dança pela ETAM Santa Cecília. Pesquisadora, professora e crítica de Dança. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/08352-5.

E-mail: nailanitaprette@hotmail.com

Murilo Gaulês

Pós-doutorando em Artes pela ECA/USP. Doutor em Corporeidades, Memórias e Representações Cênicas Contemporânea e Mestre em Teoria e Prática do Teatro pela ECA/USP. É fundador da CiA dXs TeRrOrIsTaS e coordenador do curso de extensão Teatro, Prisão e a busca por novos imaginários possíveis vinculado ao LADCOR/USP.

E-mail: cenicas.murilogaul@gmail.com

Ashley Lucas

Professora de Teatro e Drama, do Residential College, da Penny Stamps School of Art & Design e de Língua e Literatura Inglesa na Universidade de Michigan. Ex-diretora de Estudos Latinos, ex-diretora do Prison Creative Arts Project (PCAP) e membro fundadora do Carceral State Project. Autora de uma peça etnográfica sobre as famílias de pessoas encarceradas intitulada *Doin' Time: Through the Visiting Glass*, que apresentou como um espetáculo nos Estados Unidos e na Irlanda, no Brasil e no Canadá. Seu livro *Prison Theatre and the Global Crisis of Incarceration* (Bloomsbury, 2020) examina as maneiras pelas quais as pessoas privadas de liberdade usam o teatro para contrariar as forças desumanizadoras da prisão. O livro também foi traduzido para o português por Vicente Concilio e publicado no Brasil (Editora Hucitec, 2021).

E-mail: lucasash@umich.edu



Vicente Concílio

Diretor teatral, ator e professor na graduação e pós-graduação em Artes Cênicas na UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina desde 2008, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco na Pedagogia das Artes Cênicas atuando sistematicamente em projetos de formação de artistas e docentes, publicando diversos artigos em revistas acadêmicas sobre esses temas. Muitos de seus trabalhos pesquisam a arte teatral e sua relação com o sistema prisional por meio do projeto Práticas de Infiltrações das Artes Cênicas em Espaços de Vigilância.

E-mail: viconcilio@gmail.com

Walidah Imarisha

Eucadora e escritora. Coeditora de duas antologias, *Octavia's Brood: Science Fiction Stories From Social Justice Movements* e *Another World is Possible*. Autora de *Angels with Dirty Faces: Three Stories of Crime, Prison and Redemption*, que ganhou o Oregon Book Award, bem como da coleção de poesia *Scars/Stars*. Ela passou seis anos no Oregon Humanities' Conversation Project como pesquisadora, facilitando programas em todo o Estado sobre a história negra do Oregon e outros tópicos. Ganhou a bolsa Tiptree por seus escritos de ficção científica. Escritora e coprodutora de *Space to Breathe* (2024), um filme híbrido documentário/ficção científica ambientado em um futuro abolicionista. Leciona no Departamento de Estudos Negros da Universidade Estadual de Portland e é Diretora do Centro de Estudos Negros da PSU. Já lecionou na Universidade de Stanford, na Universidade Estadual de Oregon e no Pacific Northwest College of the Arts.

E-mail: walidahimarisha@gmail.com

Dia 28 de outubro de 2025. O Brasil foi repentinamente surpreendido pelas notícias de uma suposta megaoperação policial no Complexo da Penha e do Alemão (Rio de Janeiro), ordenada pelo governador Cláudio Castro, sob a alegação de que o governo do estado se movia para dismantelar o crime organizado, nesse contexto tutelado pela facção criminosa conhecida como o Comando Vermelho (CV). Nas imagens disseminadas nos mais diversos canais de mídia, são ilustrados frames de uma verdadeira zona de guerra. Drones, dois helicópteros, 32 blindados terrestres e 12 veículos de demolição do Núcleo de Apoio às Operações Especiais da PM, constituem esse cenário de guerra que é complementado pela presença de mais de 2500 policiais fortemente armados trajando vestimentas à prova de balas (Operação no RJ [...], 2025). Aquilo que parecia uma cena de algum filme de ficção científica apocalíptico era o documento da maior chacina policial da história do Brasil, superando o episódio do Massacre do Carandiru, que computou um saldo oficial de 111 pessoas assassinadas e 104 vítimas de lesão grave na antiga Casa de Detenção de São Paulo (Tavolari; Machado; Nisida, 2024).

Até o momento em que este texto é escrito, 121 pessoas morreram durante o confronto. Corpos mutilados, amarrados e com sinais de tortura foram encontrados nas matas que contornam a favela pelos próprios moradores, que enfileiraram os corpos na rua, compondo um dos documentos visuais mais horrendos da história do Brasil.

Embora o Brasil não possua pena de morte em seu código penal, cada uma dessas 121 pessoas teve suas vidas ceifadas pelo Estado sem direito a julgamento e livre direito de defesa. Nenhuma das pessoas exterminadas era alvo de denúncia do Ministério Público. Em comum: todas pretas e pobres. Apesar da catástrofe anunciada, segundo pesquisa realizada pelo AtlasIntel (Souza, 2025), oito em cada dez moradores das favelas do Rio de Janeiro apoiam a “megaoperação”. Das pessoas que estavam sitiadas pela violência brutal do estado em seus territórios, 87,6% legitimam essa prática, sob o julgo de que essa é a maneira mais eficaz de se combater o crime organizado.

Quem vive ou coabita em comunidades marginalizadas sabe muito bem o papel de opressão (ou o papel opressor) que as facções criminosas desempenham ao atuar como um Estado paralelo que julga, comanda e extermina sob suas próprias leis.

As artes da cena e os movimentos abolicionistas

Segundo autoras como Sayak Valencia (2024) e Naomi Klein (2008), o Estado tem se utilizado da articulação de desastres sociais para sustentar suas políticas de controle e dominação. Ele instrumentaliza o medo da morte como estratégia para impor, às nossas sociedades, políticas de segurança que são implementadas sem o consentimento destas, justificadas por uma falsa sensação de que o que antes era impossível – dadas as consequências do desastre – agora é a única alternativa viável.

Soma-se a isso o fato de que tanto o Massacre do Carandiru quanto a Chacina do Complexo do Alemão e da Penha carregam em seu bojo uma intenção deliberadamente eleitoreira.

Em 1992, às vésperas da eleição municipal em São Paulo, o então candidato Paulo Maluf baseou sua campanha em uma plataforma agressiva de segurança pública. Seu principal slogan, “Rota na rua”, era mais que uma promessa de policiamento ostensivo; era um código que evocava a ação letal da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), a tropa de elite da PM paulista, conhecida por sua brutalidade.

Esse discurso encontrou ressonância direta no imaginário popular, que já sedimentou o consenso de que “bandido bom é bandido morto”. Essa máxima, que até hoje opera como uma licença social para o extermínio, legitima a barbárie desde que ela seja direcionada aos corpos considerados matáveis.

À época, enquanto o governador da época, Luiz Antônio Fleury Filho, era publicamente cobrado pela ação desastrosa, Maluf capitalizou politicamente sobre o horror. Ele defendeu a ação policial, alinhando-se ao sentimento de vingança de uma classe média amedrontada e ao desejo de ordem a qualquer custo. O massacre serviu como um evento-chave, um estopim que comprovava a necessidade da política de extermínio que Maluf pregava. A tragédia foi convertida em palanque, e o sangue dos 111 detentos irrigou sua vitória eleitoral.

A chacina recente no Rio de Janeiro é a exata repetição dessa fórmula: o uso do terror de Estado e a espetacularização da morte como ferramentas de campanha. A “megaoperação” não visa a segurança; visa o próximo ciclo eleitoral. Alimenta-se do mesmo medo, da mesma opressão dupla (do crime e do Estado) sentida pelos moradores e da mesma anuência pública de que

certas vidas não importam. É a democracia dos massacres se reafirmando, em que a violação de direitos não é uma falha do sistema, mas seu próprio motor de perpetuação política.

Longe de ser um sintoma territorial brasileiro, essa tensão entre (in) segurança pública, (in)justiça e propaganda eleitoral é um fenômeno global. Na outra extremidade das Américas, nos Estados Unidos, podemos citar como exemplo os ocorridos em 1971 na Prisão de Attica. O que começou como uma rebelião organizada por mais de 1.200 prisioneiros (em sua maioria negros e latinos) que exigiam o reconhecimento de seus direitos humanos básicos – o fim da tortura sistêmica, tratamento médico decente, liberdade religiosa e o fim da degradação racial – transformou-se em um marco da necropolítica. Após dias de impasse, a resposta do governador Nelson Rockefeller foi a negação das principais demandas e a autorização para uma retomada militarizada. As forças estatais invadiram o pátio da prisão, atirando indiscriminadamente e matando 39 pessoas, incluindo prisioneiros e os funcionários da prisão feitos reféns (cujas mortes foram, inicialmente e falsamente, atribuídas aos rebelados). Attica expôs ao mundo, assim como o Carandiru faria décadas depois, que o propósito central do sistema carcerário não é a reabilitação, mas a contenção racial e a aniquilação de qualquer dissidência, provando que o Estado prefere a chacina à negociação quando sua autoridade punitiva é desafiada.

Ainda assim, as prisões são socialmente legitimadas sob o pretexto da segurança pública e da bandeira da guerra às drogas.

Essa mesma guerra às drogas que, como aponta vasta literatura crítica (Davis, 2018; Flauzina, 2019; Gilmore, 2024), há muito deixou de ser uma política de segurança para se consolidar como um dispositivo de poder. É o pretexto retórico que legitima o genocídio, a ocupação militar de territórios e a manutenção de uma estrutura social racializada. Sob o discurso da “segurança pública”, o que se pratica é a necropolítica, conceito cunhado por Achille Mbembe (2018), na qual o Estado define quem deve morrer para que outra parte da sociedade (supostamente) viva segura.

Em resposta, campos progressistas ou ditos progressistas saem às ruas cantando marchas populares emblemáticas no Brasil, como “Não acabou,

As artes da cena e os movimentos abolicionistas

tem que acabar. Eu quero o fim da polícia militar”¹. Mas seria possível encerrar com as polícias militarizadas do estado sem encerrar conjuntamente com as instituições prisionais?

É precisamente essa interrogação que nos lança ao cerne do debate proposto por este dossiê: o abolicionismo. Para os movimentos abolicionistas, a polícia militarizada e as instituições prisionais não são entidades separadas que podem ser reformadas isoladamente; são, na verdade, engrenagens interdependentes de um mesmo sistema de controle e gestão da miséria (Gilmore, 2024). A polícia atua como o braço ostensivo que captura os corpos designados como “matáveis”, enquanto a prisão funciona como o depósito que os faz desaparecer da sociedade. Contudo, é neste ponto que reside a maior barreira no imaginário social: a dificuldade de conceber um mundo sem polícias e sem prisões. Fomos condicionados a enxergar o aparato punitivo não como uma opção política, mas como uma condição natural da civilização, a única resposta viável para o dano e a violência. Questionar sua existência soa, para o senso comum, como um convite ao caos, e não como o que realmente é: um convite radical para imaginar e construir outras formas de justiça, reparação e segurança comunitária.

Vivemos e compartilhamos uma era em que mais de 11 milhões de pessoas sobrevivem em privação de liberdade: pessoas presas. Esses números não são um vislumbre, são reais, como exposto no World Prison Brief (2025), plataforma de divulgação de dados quantitativos e qualitativos acerca da população carcerária mundial.

Nesse ranking, ocupamos o terceiro lugar como país que mais encarcera no planeta, com uma população de quase 1 milhão de pessoas presas, número esse que supera profusamente muitas nações inteiras do planeta. Perdemos somente para a China e os Estados Unidos neste triste requisito.

E diante de tal dicotomia, seria possível que nossas sociedades pudessem orquestrar novos mundos possíveis e, com eles, novas formas de se pensar e praticar justiça? (Imarisha, 2016) E qual seria a relação das artes cênicas nesse contexto?

1 Disponível em: <https://www.global.org.br/wp-content/uploads/2023/12/relatorio-10-anos-DIGITAL-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Nesse sentido, apresentamos o dossiê 15.2 “As Artes da Cena e os Movimentos Abolicionistas: Pedagogias libertárias e espaços de imaginação política”. Aqui reunimos dez artigos e um texto convidado que nos auxiliam a imaginar, ou melhor, pesquisas e ações extensionistas que já estão criando mundos possíveis e que nos fazem acreditar, assim como proclama a filósofa e ativista norte-americana Angela Davis (2018), que as prisões podem ser obsoletas.

Para compor a editoração do dossiê, a revista *Aspas* convidou nomes de prestígio nacional e internacional da temática. No entanto, a criação do dossiê nasceu do surgimento de comunidades. No ano de 2006, o professor Dr. Vicente Concílio defende a dissertação intitulada *Teatro e prisão: dilemas da liberdade artística em processos teatrais com população carcerária*, pesquisa essa que culminou no grupo de pesquisa e extensão da UDESC “Teatro e Prisão”, fundado e coordenado por Concílio. Quase 20 anos depois, em abril de 2024, iniciou-se o grupo de extensão Teatro, Prisão e a busca por novos imaginários possíveis, no CAC/ECA/USP, sob a coordenação de Maria Helena Franco de Araújo Bastos, Murilo Gaulês e Nailanita Prette, primeira iniciativa universitária do campo de Teatro nas Prisões do Estado de São Paulo. O trabalho segue o legado de grupos extensionistas que atuam em diversas universidades brasileiras (UDESC, UNIRIO e UEA), adicionando a suas práticas pedagógicas a metodologia de criação em ficções visionárias (Imarisha, 2016; Gaulês, 2025), concebida e organizada pela professora Walidah Imarisha da Portland State University, também integrante deste editorial e diretora do Center for Black Studies, que oferece cursos de ensino superior na Penitenciária de Portland. Por fim, o dossiê conta com a colaboração da professora Ashley E. Lucas da University of Michigan (Estados Unidos – EUA) no corpo editorial, coordenadora do Prison Creative Arts Project, um dos maiores programas do mundo, que entra nas prisões por meio da arte.

Com este dossiê, visamos e convocamos você, pessoa leitora, a atuar e acreditar na prática artística como um campo abolicionista. Os textos afirmam as artes da cena como território de resistência, pensamento crítico, invenção e desenvolvimento de mundos possíveis. Em diálogo com pedagogias libertárias e práticas artísticas insurgentes, os artigos aqui reunidos apresentam o papel da criação artística diante das tecnologias de punição e controle

que estruturam o presente. Se o cárcere é um dos dispositivos centrais da racionalidade moderna e colonial, as pesquisas e práticas aqui apresentadas insistem na potência da arte como rompimento, como um espaço de produção de liberdade.

Iniciamos o dossiê com a tradução do texto “The End of Rage: A Black Panther in prison makes a reckoning: the story of Russell Maroon Shoat” de Ashley Lucas, publicado originalmente na revista estadunidense *Plough Quarterly*. **“O fim da fúria: um Pantera Negra na prisão promove um acerto de contas: a história de Russel Maroon Shoatz”**, apresenta a trajetória do ativista Russel Maroon Shoatz na Filadélfia (EUA), destacando como a violência policial e a negligência do Estado diante assassinatos de jovens negros estimularam a militância revolucionária. Situa-se o contexto histórico da cidade sob a liderança de Frank Rizzo, cuja gestão intensificou a repressão à população negra e a omissão diante de abusos policiais. O texto evidencia a tensão entre opressão institucional e resistência política, oferecendo uma reflexão sobre como a injustiça sistemática impulsiona formas de militância e organização comunitária.

Em **“Espelhos Quebrados e Palcos de Resistência: arte cênica, subjetividade e crítica ao sistema prisional a partir de O Espelho de Machado de Assis”**, o conto *O Espelho*, de Machado de Assis, é retomado como metáfora para refletir sobre identidade em contextos de privação de liberdade. O artigo propõe o teatro como instrumento de ressignificação e de crítica às imagens sociais distorcidas que o sistema penal projeta sobre corpos encarcerados. De modo convergente, em **“Pedagogias Libertárias no Encarceramento: é possível educar para a liberdade em espaços de privação de liberdade?”**, discute-se a tensão entre práticas educativas emancipadoras e os mecanismos de controle presentes nas prisões brasileiras. O artigo evidencia que educar para a liberdade em espaços de controle exige alianças com perspectivas abolicionistas e com metodologias críticas inspiradas em Paulo Freire (1987) e Michel Foucault (1999).

O campo internacional também marca presença nesta edição, como no estudo de caso sobre o espetáculo *There Are Women Waiting: The Tragedy of Medea Jackson*, do coletivo norte-americano *The Medea Project*. O artigo **“Transpor os muros da prisão: um estudo de caso de *There are Women***

Waiting: The Tragedy of Medea Jackson", revela o teatro como espaço de contraponto utópico às práticas punitivas, destacando as dimensões raciais e de gênero da experiência carcerária. Essa perspectiva dialoga com o texto canadense "When Bad Things Happen to Good Programs" (Quando coisas ruins acontecem com bons programas), que problematiza os limites e contradições dos programas de artes em prisões, evidenciando as fragilidades estruturais e o trabalho invisível de educadores e artistas envolvidos.

Os contextos brasileiros ganham relevo em trabalhos como "**Estética do oprimido e pedagogia da libertação: teatro como resistência no sistema socioeducativo**", nos quais a cena se faz lugar de expressão e elaboração de dores e lutas coletivas. O Teatro do Oprimido de Augusto Boal é mobilizado em ações com adolescentes em medida socioeducativa, demonstrando a potência do teatro como pedagogia libertária e prática abolicionista. "**Esquetes no silêncio: murmúrios das mães privadas de liberdade em Pernambuco**", evidencia as vozes de mães privadas de liberdade que emergem pela via teatral como murmúrios que racham o silêncio institucional, transformados em cena, em espaço de denúncia e de partilha afetiva.

A memória da violência de Estado é reativada em "**Performance Negrotério: 25 anos do massacre do Carandiru**", que olha para o Massacre do Carandiru a partir da performance como prática de transmissão e não apagamento histórico. O trabalho articula Achille Mbembe (2018; 2020) e Diana Taylor (2013) para pensar a necropolítica e a memória como ato performativo, reposicionando o corpo como arquivo insurgente. Na mesma direção, "**Ato-Espetáculo Musical Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos: a política genocida do Estado, o encarceramento em massa e os movimentos sociais no palco**", analisa o processo criativo da montagem dirigida pelo ator e diretor Rogério Tarifa, articulando o teatro épico brechtiano e as proposições de criação em rede da pesquisadora Cecília Almeida Salles. A partir da colaboração entre artistas, estudantes e movimentos sociais como Mães em Luto da Zona Leste e Mulheres Livres, o texto evidencia como as artes cênicas podem operar como prática política e comunitária, tensionando o genocídio estatal e o encarceramento em massa da população negra e periférica no Brasil.

O artigo “**Entre muros e atos: o mapeamento de dramaturgias brasileiras como medida para fissurar o cárcere**”, analisa as interseções entre dramaturgia e sistema prisional, examinando quatro dramaturgias brasileiras que exploram possibilidades de resistência e transformação social. Baseando-se no conceito de *ficção visionária*, de Walidah Imarisha (2016), o trabalho evidencia como o fazer teatral pode atuar como instrumento de crítica, reflexão e engajamento político, utilizando a palavra como meio de contestação e de criação de novos imaginários.

Encerrando o conjunto, “**A construção de uma poética abolicionista através do atentado como linguagem: o trabalho da CiA dXs TeRrOrIsTaS com mulheres trans e travestis sobreviventes do cárcere**”, analisa o trabalho da CiA dXs TeRrOrIsTaS com mulheres trans sobreviventes do cárcere, reafirmando a cena como espaço público de resistência e abolicionista frente às violências de gênero. Nesse gesto, o teatro se faz território de enunciação, abolição e de enfrentamento radical.

Reunidos esses trabalhos, buscamos afirmar que pensar as artes da cena sob a perspectiva abolicionista é compreender a criação como prática de liberdade. Com o intuito de deslocar o olhar das políticas de contenção para as políticas de imaginação. Assim, esta edição se inscreve na urgência de uma estética comprometida com o desmantelamento e ruptura das estruturas punitivas e com a invenção de outras formas de convivência, baseadas na justiça, na escuta e na transformação coletiva.

Desejamos a todas as pessoas uma boa leitura!

Bibliografia

- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Algès: DIFEL, 2018
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** São Paulo: Brado, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhe. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- GAULÊS, Murilo Moraes. **Borboletas no asfalto: uma perspectiva fractal sobre artes da cena, prisão e abolição**. 2025. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. DOI: 10.11606/T.27.2025.tde-08082025-141906.
- GILMORE, Ruth W. **Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal**. São Paulo: Igrá Kniga, 2024
- IMARISHA, Walidah. **Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever justiça**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/378747787/Walidah-Imarisha-22Reescrevendo-o-futuro-22-pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- OPERAÇÃO NO RJ: veja quantos morreram durante ação policial no Alemão e Penha. **O Globo**, 28 out. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/10/28/operacao-no-rj-veja-quantos-morreram-durante-acao-policial-no-alemao-e-penha.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- SOUZA, Beto. Pesquisa: 8 em cada 10 moradores de favelas no Rio aprovam megaoperação. **CNN**, 31 out. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/pesquisa-8-em-cada-10-moradores-de-favelas-no-rio-aprovam-megaoperacao/#goog_rewarded. Acesso em: 1 nov. 2025.
- TAVOLARI, Bianca; MACHADO, Maíra Rocha; NISIDA, Victor. Cemitério dos direitos - desativar, demolir, cimentar, transformar em parque: os trinta anos do Massacre do Carandiru. **Quatro Cinco Um**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/artigos/as-cidades-e-as-coisas/cemiterio-dos-direitos/>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Tradução de Eliana Lourenço de Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Sobinfluencia, 2024.
- WORLD PRISON BRIEF. **Highest to Lowest - Prison Population Total**. 2025. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em: 28 out. 2025.

As artes da cena e os movimentos abolicionistas

Comissão Científica

Anderson Ferreira do Nascimento (UFMG)
Danilo Arrabal da Silva (USP)
Felipe Cabral de Araújo Fagundes (USP)
Heloísa Helena Pacheco de Sousa (UFPE)
João Paulo Petronílio (USP e UFPE)
Marie Aup (USP)
Mateus Fávero (USP/Pontificia Universidad Católica de Chile)
Murilo Moraes Gaulês (ECA-USP)
Nailanita Prette (USP-LADCOR)
Vicente Concílio (UDESC)
Walidah Imarisha (Universidade Estadual de Portland)